



O USO DAS ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS E A INSTRUÇÃO PÚBLICA: UM OLHAR SOBRE ESTATÍSTICA DA INSTRUÇÃO (1916)

Anete Silva dos Santos Ferreira ¹

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo refletir sobre a relação entre a educação e a estatística, tendo como fonte a *Estatística da Instrução*, publicado de 1916, da Diretoria Geral de Estatística. A partir dos apontamentos escritos por Oziel Bordeaux Rêgo na introdução do relatório, buscou-se analisar o uso dos dados estatísticos da educação nos discursos do Estado que embasaram as decisões políticas sobre a instrução no país. Para além dos dados quantitativos presentes no documento, essa pesquisa documental visa a análise das colocações de Rêgo que podem contribuir para a compreensão da perspectiva educacional da época e como se organizaram as estatísticas divulgadas até então.

Palavras-chave: Estatísticas Educacionais. História da Educação no Brasil. Dispositivos Legais.

INTRODUÇÃO

Atualmente, o levantamento de dados estatísticos é a base para tomadas de decisões em diversas áreas do conhecimento. Na educação, não é diferente, vivenciar a proposta desta pesquisa é refletir sobre os dados estatísticos referentes à educação para além dos números no início do século XX no Brasil. A intencionalidade é debruçar sobre o relatório publicado no ano de 1916, que trata das informações educacionais cuja organização foi de responsabilidade da “Diretoria Geral de Estatística” denominado *Estatística da Instrução*. Busca-se direcionar o olhar para a introdução do referido elaborada por Oziel Bordeaux Rêgo como fonte de pesquisa para compreensão das decisões políticas sobre a escola no referido período histórico brasileiro. Neste sentido, foi realizado a leitura da tese “*A dimensão da educação nacional: um estudo sócio-histórico sobre as estatísticas oficiais da escola brasileira*” (2007) de Natália Gil, na qual é detalhada a conjuntura política e os direcionamentos, bem como, as dificuldades

¹ Mestranda do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de São Paulo- SP, anete.ferreira@unifesp.br;



encontradas para a sistematização dos dados educacionais no Brasil na primeira República.

Neste foco, observou-se, também, o artigo de Gil, intitulado de “A produção dos números escolares (1871-1931): contribuições para uma abordagem crítica das fontes estatísticas em História da Educação” (2009); o livro “Educação e Sociedade na Primeira República”, de Jorge Nagle (1976) e o livro “O Saber e o poder das estatísticas: uma história das relações dos dados estatísticos com os estados nacionais e com as ciências”, de Nelson Senra (2005).

Oziel Bordeaux Rêgo e a Diretoria Geral de Estatística

A Diretoria Geral de Estatística, que foi criada para realizar a contagem censitária e os registros estatísticos no Brasil no período do império no ano de 1871, teve suas atividades encerradas em 1979, sendo reativada no período da Primeira República e passando por várias reformas em sua organização e regulamentos. Em 1907, o novo regulamento reorganiza os trabalhos da Diretoria Geral de Estatística em 4 seções:

“A 1ª seção estaria incumbida de realizar os trabalhos referentes a topografia, orografia, hidrografia e climatologia, além de coligir dados acerca da representação política, administração pública, defesa nacional, polícia e justiça; à 2ª estavam destinados os levantamentos acerca do estado e movimento da população; a 3ª faria os estudos numéricos sobre economia e finanças. Por fim, tinha-se a 4ª seção, cuja responsabilidade era a coleta e sistematização das informações sobre a instrução pública e particular, mas também sobre as bibliotecas, os museus, as belas artes, a imprensa, os cultos religiosos, as instituições de assistência, de beneficência e de providência.” (GIL, 2007).

A 4ª seção foi conferida à responsabilidade de Oziel Bordeaux Rêgo (1874-1926), devido aos seus conhecimentos matemáticos e formação humanística. Realizou diversos trabalhos e dentre eles organizou a publicação da primeira estatística das escolas no Brasil, a *Estatística da Instrução* em 1916. Este documento foi ressaltado pelo Diretor da Diretoria Geral da Estatística vigente naquele ano, Bulhões de Carvalho, como



subsídio para as decisões do governo, legitimando a continuidade de dedicação deste trabalho.

Estatística da Instrução: sobre a Introdução

A introdução da publicação *Estatística da Instrução* foi organizada em seis partes nas quais Oziel Bordeaux Rêgo trata as questões da educação no Brasil de diferentes parâmetros. Para além dos números, o autor apresenta o levantamento e análise de dados brasileiros em comparação com outras nações.

Na primeira parte, intitulada “*Situação do Brasil, quanto a instrução. Necessidade actual da interferência dos poderes públicos nacionais no provimento do ensino elementar*”, Rêgo apresenta, inicialmente, as belezas e riquezas naturais das terras brasileiras, citando inclusive a carta escrita Pero Vaz de Caminhas para vislumbrar as possibilidades deste território. Menciona também as contribuições de diferentes etnias que compõe o povo, destacando o espírito de aventura do português e da hospitalidade do indígena. (DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1916, p. X). Afirma ainda, que mesmo com a capacidade de alimentar milhares de pessoas, o fazia para poucos, ou seja, com toda sua potencialidade de riqueza grande parte da população vivenciava a miséria e a fome, principalmente na região do Nordeste. (p.XI)

Para basear seu discurso, Rêgo entrelaça alguns dados estatísticos em seu trabalho de forma que aproxime a realidade que pretende demonstrar para aqueles que a leem. Nota-se essa articulação quando apresenta as informações sobre o analfabetismo, na qual em cada 10 habitantes brasileiro com mais de 5 anos nem 4 tinham conhecimentos de leitura e escrita (p. XI). Para o autor, essa situação reflete a morosidade da instrução, inclusive na capital da República, onde a cada 100 habitantes, 48 são analfabetos. Para legitimar suas observações traz para sua análise as séries históricas de dados coletados desde 1872 no âmbito nacional, que não se difere da sua constatação sobre a lentidão da instrução no Brasil. (p. XIII) O interessante sobre a apresentação de sua pesquisa é o cuidado de Rêgo em apresentar as fragilidades do processo da organização e as dificuldades para o levantamento das informações.

Neste sentido, Rêgo critica os gastos do governo voltados para a Educação Superior, ignorando a “cultura primária de seus filhos”, o qual o autor defende a ideia de



que esta última é primordial para garantir a “melhora segura da situação geral” e, ainda, “indispensável à profícua assimilação dos modernos processos de trabalho” (RÊGO, 1916, p. XIV). Ou seja, afirma que o investimento no ensino primário resultará no alcance do progresso pretendido no plano econômico, e para sua argumentação, cita outros autores para referenda essa proposição, como Rui Barbosa e também estrangeiros como Laveleye citando Macaulay.

Apresenta como exemplos relevantes os Estados Unidos da América e Europa no que diz respeito ao investimento no ensino primária, tendo como foco a organização e a sistematização da educação, colocando como uma questão do Estado. Em contraponto a realidade do Brasil, na visão o autor, o investimento na educação é muito distante para as expectativas almejadas. Rêgo reforça seu argumento, ao refutar as justificativas em relação ao pouco investimento na educação primária devido às dificuldades financeiras no país, apontando que as citadas nações civilizadas aumentaram as divisas direcionadas à Educação mesmo enfrentando um processo interno de conflitos sangrentos e dispendiosos (RÊGO, 1916, p. XIV e XV).

Destaca, também, que mesmo realizando o investimento desproporcional, alimenta-se a ideia de recuperação das pessoas pela instrução, apontando diversos discursos que concebem a escola como solução para todos os males sociais, abrangendo a criminalidade. Apoiando-se em dados internacionais, Rêgo menciona uma possível tendência na diminuição da população carcerária devido a ampliação da escolarização, mas pondera essa afirmativa baseando-se em Lavasseur quando este aponta as questões de ordens psicológicas e individuais ou sociais resultam em atitudes criminosas. (RÊGO, 1916, p. XVIII).

Relembra a discussão sobre a centralização/descentralização da responsabilidade pela instrução, citando nesse procedimento diferentes discursos, oficiais ou não, que provocam o debate. Na sua posição, defende que o Estado deve contribuir para o crescimento e difusão geral da Educação, mesmo ressaltando que este não deve funcionar como monopólio ou privilégio em relação àquela.

Em continuidade, Rêgo apresenta sua análise sobre as causas do analfabetismo a partir da evolução da nacionalidade brasileira. Descreve a história da educação desde os primórdios com os jesuítas, passando pelas mudanças ocorridas pelo Marquês de Pombal, a chegada da corte portuguesa em terras brasileiras, a transição para República, buscando



apontar durante a narrativa desse período os resultados alcançados e compreende que, naquele momento, assistia ao reaquecimento da luta contra o analfabetismo. Era, portanto, tarefa republicana “libertar o povo brasileiro de seu endêmico analfabetismo” (RÊGO, 1916, p. XLIII).

Na segunda parte intitulado: “Indispensabilidade das estatísticas escolares para garantir a eficiência da ação governamental em matéria de ensino” ((RÊGO, 1916, p. LVII), é interessante observar que para o autor as estatísticas se colocam como condição para direcionar a política de Estado no que tange a educação do povo. Em continuidade ao texto, aponta a tarefa estatística deste período como uma forma de “acumular materiais que permitam à União, em um futuro próximo, entender com eficácia no problema do ensino elementar” (RÊGO, 1916, p. LVII). Institui, ainda de início, que a pesquisa aprofundada sobre a situação do ensino é indispensável para as tomadas de decisões em relação ao investimento dos recursos do Tesouro nacional.

Como subsídio para sua afirmação, Rêgo cita o parecer de Rui Barbosa, datado de 1882, no qual o autor referido exemplifica a condição de privilégio que a estatística assumiu frente ao desenvolvimento do ensino nos Estados Unidos (RÊGO, 1916, p. LVII). Dessa citação, ressalta-se que Barbosa apresenta as informações como de “incomparável clareza e lucidez” estando assim “ao alcance de todos” (apud DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1916, p. LVII). Rêgo, também, buscou apoiar-se em outras personalidades nacionais que foram mencionadas com maior brevidade, que em suas falas atribuíram às estatísticas educacionais lugar de preocupação ou prestígio. ((RÊGO, 1916, p. LVIII).

Depois de demonstrar a importância das estatísticas para o progresso da instrução, Rêgo apresenta na terceira parte de seu texto introdutório, cujo título é “Antecedentes da estatística da instrução no Brasil”, as atividades precedentes desse serviço no território brasileiro, seus usos, fragilidades e limites. Apresenta as queixas sobre as condições conferidas ao trabalho da Diretoria, destacando assim a importância da união de esforços para a concretização das estatísticas educacionais. Em continuidade da narrativa a respeito da história da DGE, expõe fragilidades de ordem metodológica, como a de optar pela utilização dos dados da matrícula, no contexto ao que observa seriam mais úteis as informações sobre frequência ou assiduidade (RÊGO, 1916, p. LXXVI).



Esses apontamentos descritos por Rêgo antecedem a apresentação da reforma que reorganizou a DGE pelo Decreto no 6.628, de 05 de setembro de 1907, conferindo à quarta seção os assuntos relacionados à instrução. Dos trabalhos anteriores, resalta o autor, ficaria apenas a lição da persistência e constância, no restante “tudo se achava por fazer” (RÊGO, 1916, p. LXIX).

Em sequência, inicia a quarta parte do documento introdutório intitulado “Organização da estatística da instrução pela Diretoria Geral da Estatística” expondo a pretendida estrutura das estatísticas da instrução, a partir do regulamento de 1907. Precisava-se, então, de início aos trabalhos, delimitar o campo de inquérito no qual o primário surgia como foco principal, sem deixar de lado os demais graus de ensino. Categorizado entre civil e militar, o ensino abrangeria ainda quatro divisões: primário, secundário, profissional e superior. Em relação à estas divisões deveriam ser analisadas: recursos didáticos, população atendida e resultados obtidos (RÊGO, 1916, p. LXXX). Como questão principal, a instrução primária apresentava como problemática ao levantamento dos dados as divergências existentes entre número de matrícula e frequência. Na busca por encontrar formas de resolver a questão, Rêgo busca referências na introdução do uso da média nos censos escolares franceses (RÊGO, 1916, p. LXXXIV).

Para o autor, a concretização das estatísticas da instrução passava pelo envolvimento e esforço das autoridades locais para o levantamento dos dados e, também, na aquisição da confiança da população nas informações o que exige a constante necessidade de aproximar esses dados da exatidão (p. XC). Ainda sobre a metodologia de pesquisa, a Introdução apresenta a importância da organização do formulário. Analisando diversos modelos empregados por outros países, o autor pondera: “São, portanto, os sistemas estatísticos obras de adaptação, e como tais, não podem ser integralmente transplantados, sem prévios arranjos, impostos pela peculiaridade a cada caso. (DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1916, p. XCV).

Neste sentido, não seria viável o simples transplante de um formulário aplicado anteriormente, devendo este ser fruto de um ajuste que se atentasse o tempo e o lugar de sua execução (RÊGO, 1916, p. XC). Desse modo, no transcorrer do trabalho desenvolvido pela 4ª seção da DGE, foram utilizados oitenta e sete formulários que atendiam as diferentes etapas do processo (RÊGO, 1916, p. CV).



Na quinta parte, Rêgo dedica-se na apresentação dos resultados a partir de informações coletadas ininterruptamente desde 1908, com alguns obstáculos no processo. A intencionalidade exposta era que a Estatística da Instrução fosse o início de uma publicação sistemática dos dados sobre a Educação brasileira.

A instrução primária, apesar ser o foco das preocupações de Rêgo, representou também as maiores dificuldades para coleta de informações, em decorrência de seu grande número e disseminação. Analisando que isto não ocorria apenas no Brasil, o autor aponta o caso dos Estados Unidos que também, sobre a situação de sua educação, conseguia obter com maior precisão informações relacionadas ao ensino superior do que ao primário (RÊGO, 1916, p. CXII).

Ao longo dessa parte da Introdução, Rêgo apresenta a forma de exposição dos resultados e passa a apresentação das estatísticas propriamente ditas seguida de comentários acerca dos números. Suas conclusões, última parte da introdução, iniciam com questionamentos que faz em torno da Educação à luz das estatísticas apresentadas, interrogando se o estado da situação da instrução corresponde à posição que o Brasil ocuparia no cenário internacional, se houve melhora ou piora desse estado a partir da análise dos resultados das séries históricas e se, enfim, denunciam o caso que a alfabetização se encontrava. Para o alcance das respostas, Rêgo aponta a necessidade de estabelecer a avaliação das informações coletadas comparando-as com: os quadros observáveis das outras nações; os quadros nacionais que antecedem à pesquisa exposta e, por fim, os dados que serão coletados em continuidade a esse processo (RÊGO, 1916, p. CCXIX).

Para finalizar a Introdução do documento, Rêgo reitera o papel patriótico que o trabalho apresentado pretendeu cumprir, cujo motivo mais destacado é a necessidade de extinguir o analfabetismo do território brasileiro, tratada como condição determinante ao progresso do país e colocando à disposição esta obra o conhecimento da situação da instrução exposta pelas estatísticas (RÊGO, 1916, p. CCXXXI).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante do que o texto introdutório de Oziel Bordeaux Rêgo à Estatística da Instrução apresenta enquanto fonte histórica e reconhecendo os limites que se aplica a



este trabalho, não se nutre a pretensão de esgotar aqui as possibilidades de estudos que o documento suscita.

No entanto, a intencionalidade é atentar-se aos indícios que o texto de Rêgo nos revela sobre três pontos que ganham destaque em sua narrativa: a importância da educação, em particular a instrução primária, inculcada de ideais republicanos e, no seu foco, o analfabetismo como barreira ao progresso da nação; a imprescindibilidade de que se assumem as estatísticas como instrumento de organização das ações do Estado e, ainda, os panoramas comparativos entre Brasil e outras nações intituladas como civilizadas que o autor faz menção com certa frequência em seu texto.

Desde a primeira parte, percebe-se o empenho do autor em apresentar importância da instrução a partir referências marcantes, nota-se então que o propósito era não apenas expor as informações da situação escolar, mas estabelecer a partir dos dados uma representação sobre esta. Quando se considera a importância da educação vinculada aos problemas, o analfabetismo surge como a principal barreira a se ultrapassar. No entanto, nas colocações realizadas por Rêgo destaca-se as esperanças de que o atendimento da questão educacional fomenta o progresso e garanta um futuro quase utópico. Contudo, quando se examina as opiniões de outras figuras que são citadas na obra em convergência com as expostas pelo autor, nota-se que não se trata de expectativa isolada.

A partir do estudo de Nagle (2001) sobre as relações entre educação e sociedade na Primeira República pode-se vislumbrar tais colocações no cerne das transformações sociais, econômicas e políticas que são latentes à época e que estabelecem o cenário no qual temos o aparecimento das bases do que se consolidaria como o “entusiasmo pela educação”, que iria viabilizar na década seguinte a produção de Estatística da Instrução. Sobre o entusiasmo pela educação, compreenda-se, segundo o autor, como:

(...) crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional, e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo.
(NAGLE, 2001, p.134)

Tal entusiasmo pode ser notado em diversos trechos da Introdução, mesmo quando a situação educacional exposta aparenta refletir um cenário desanimador, pois como parte integrante do processo das transformações vividas por Rêgo e seus



contemporâneos, está o retorno dos antigos sonhos republicanos, agora incorporado em novos esquemas de pensamento que possibilitavam olhar para a situação geral e apesar das antigas desilusões com o regime republicano, mobilizar os debates e ações sobre o conjunto do que se mencionava como “grandes problemas nacionais” (NAGLE, 2001, p. 134 e 135).

Nesses debates e em consonância com o que nos apresenta o texto de introdução, o analfabetismo representa como uma ferida a ser curada, dificultando, inclusive, a participação de grande parte da sociedade na vida política do país, pois ser alfabetizado se estabelecia como condição a essa participação. Sobre tal aspecto, merece atenção duas questões listados por Nagle (2001): o papel da escolarização no processo civilizatório da transição da sociedade brasileira de “fechada” para “aberta”, o que implica analisá-la em combinação às demais condições apresentadas pelos setores político, econômico e social do país (p. 133 e 134); outro ponto, ao queixar-se do atraso técnico dos nossos trabalhadores e a incapacidade para ampliar o número de profissões culminando no atraso dos processos agrícolas e indústrias (NAGLE, 2001, p.137). Neste sentido, nota-se o crescente desconforto gerado pela disputa entre estes e os imigrantes.

Não se pode deixar de notar, porém que, mesmo sustentando expectativas em relação à educação, Rêgo se apresenta um pouco mais cético que alguns de seus contemporâneos, de que com esta inclusive os índices de criminalidade iriam diminuir. Outro ponto interessante reside na crítica de Rêgo aos vultuosos investimentos realizados no Ensino Superior não sendo igualados para o que era destinados ao primário. Tal questionamento insere-se naquele espaço de debate anteriormente mencionado que reaviva o ideário republicano, no qual se encontrava a perspectiva democratizante que o ensino primário representava (NAGLE, 1976). Portanto, é nessa cena que se inserem os argumentos pedagógicos de Rêgo: a década da publicação de Estatística da Instrução antecede o período que seria marcado por um significativo número de reformas na educação.

Isto posto, a cena não era somente de debate, mas de ação e, nesse ponto, o serviço de estatísticas escolares que ainda buscava se delinear de maneira mais estável ganha notoriedade com relação ao anseio nutrido por Rêgo de que a organização dos dados educacionais pudesse conduzir a ação do Estado. De fato, Rêgo considera as estatísticas como indispensáveis para o governo conhecer o problema da educação. Sobre isso, Senra



(2005, p. 15) aponta que as estatísticas permitem tomar conhecimento de realidades distantes. Não obstante, o mesmo autor sugere que essas realidades reveladas são “previamente construídas, idealizadas” (2005, p. 16). Recordemos o quadro de crise que constituía o foco dos debates sobre os “grandes problemas nacionais” na emergência de uma nova República quando da publicação da DGE, e como a educação já se encontrava aí inserida, tantas vezes despontando como questão principal (NAGLE, 1976).

Assim, ao destacar o papel fundamental das informações para, por exemplo, fomentar as reformas que o campo da educação precisava, Rêgo vem de encontro com o apontamento que Senra (2005, 2005, p.20) faz ao reconhecer a importância das estatísticas para a consolidação dos Estados: “tornar conhecidas as realidades permitiam pensá-las e, por isso, governá-las, o ponto central da atenção dos Estados”.

No caso, ao se refletir sobre a proposta de disseminação das escolas e seu alcance em relação à população, as estatísticas também ganham destaque como instrumento para o governo avaliar seu controle sobre essa, ou seja, saber onde as pessoas estão e o que fazem. Esta é outra potencialidade das estatísticas que não foge da atenção de Rêgo quando este afirma que analfabetismo (que assolaria a população excluída da escola) representa obstáculo “à integração do proletariado à sociedade” (DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1916. P. LVI). No estudo de Senra (2005, p. 63), as estatísticas como tecnologia de governo permitem o exercício da dominação pela disciplina dos corpos e, dessa forma, “transformam-se as multidões, confusas e perigosas, errantes e por isso inúteis, em múltiplos organizados num espaço e num tempo coletivos”.

Nas observações anteriormente realizadas evidencia-se que o interlocutor privilegiado de Oziel Bordeaux Rêgo é o próprio governo. Apesar de ressaltar a importância da aceitação das estatísticas pela população e mesmo seu concurso para torná-las mais confiáveis e, não obstante, o mercado também comparece em sua argumentação de que a escolarização seria o meio mais seguro de promover o desenvolvimento econômico, é para o Estado que o autor dirige seu discurso. É para este que Rêgo apresentará as informações inseridas em comentários que mencionam à necessidade da presença do Estado na vida pública, em especial, na educação. Sobre isso, ainda relacionando ao uso imprescindível das estatísticas escolares para o governo, podemos atentar que “a política de informação volta-se à geração de políticas públicas,



na razão em que lhes organiza as necessárias informações, orientando-lhes as escolhas” (SENRA, 2005, p. 227).

Para além do foi tratado anteriormente, o olhar de Rêgo para a condição da educação no Brasil foge de ser um olhar especificamente para dentro deste. As informações estatísticas, a metodologia de pesquisa, o ideário pedagógico apresentado, enfim, o conjunto de elementos analisados pelo autor constituem-se comparativamente em relação às que ele cita como nações civilizadas. Fica descrito em sua narrativa que tais nações compreendem os países europeus e os Estados Unidos da América, este último citado por mais vezes. Evidente também é o desejo sustentado pelo autor de ver o Brasil figurar entre essas. Neste foco, impõe-se aos Estados dispor de recursos que possibilitassem o controle sobre sua população. Nesse ponto, as estatísticas, que não se caracterizavam como novidade, destacam-se como “tecnologias de governo” (SENRA, 2005, p. 15).

Assim, o circuito das Exposições Universais desde de 1851 se caracterizou como vitrine dos dados dos países, mensurando seu desenvolvimento pelos avanços adquiridos em particular nas áreas industrial e científica, junto a qual, posteriormente a educação foi incorporada.

Tal repercussão é refletida também no Brasil, inclusive por Rui Barbosa que, citado na Introdução às Estatísticas da Instrução diversas vezes pela confiança que constitui o papel das estatísticas para mudar a realidade na qual se encontrava a educação por aqui, destacava os relatórios divulgados pelo Estados Unidos como exemplares por sua “clareza e lucidez” (RUI BARBOSA apud DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1916, p. LVII). Também Rêgo os citará, sem deixar, no entanto, de estabelecer-lhes a mesma crítica que nos pertencia quanto a obter mais e detalhadas informações sobre a situação do ensino superior em contraposição ao primário (p. CXII).

Contudo, esse olhar para o outro e constituir comparações não se aplica para Rêgo como tentativa de reprodução de modelos internacionais. Pode-se perceber indicativos dessa consciência quando, ao problematizar a questão dos formulários, o autor esquematiza suas observações sobre vários modelos e, por fim, coloca que de nenhum deles seria viável o simples transplante sem se analisar o tempo e lugar de sua aplicação (p. XC). Então, o olhar para fora do autor da Introdução parece ser mais um instrumento para compreender as novas adequações produzidas por essa outra racionalidade que se



estabelecia. Esforço mobilizado pelo desejo imbuído de patriotismo de que o Brasil participasse da condição de nação civilizada, aliado aos ideais republicanos que se renovam, em particular, aqueles relacionados à educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivou-se nessas linhas, desde a leitura de Gil (2007) até a do original da Introdução de Estatística da Instrução e à luz da bibliografia referenciada, compreender a importância conferida por Oziel Bordeaux Rêgo às estatísticas escolares, tendo em vista a associação desta com o pensamento educacional que se colocava à época. Observou-se que o “entusiasmo pedagógico”, descrito por Nagle (1976), apresentava seus traços anteriormente à década de 1920, diante das inquietações do debate educacional relacionado à renovação dos sonhos republicanos.

A abordagem que se realizou pretendeu compreender, ainda, a Introdução não a partir dos números presentes nela ou no restante do volume publicado, mas como se constituiu a organização do discurso de uma representação da realidade. Reconhece-se também o potencial dessa fonte enquanto objeto de estudo para uma perspectiva sócio histórica das estatísticas escolares (GIL, 2007, p. 45), diante dos limites atribuídos a esse trabalho.

REFERÊNCIAS

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Estatística da Instrução – estatística escolar**. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1916.

GIL, Natália de Lacerda. **A dimensão da educação nacional**: um estudo sócio-histórico sobre as estatísticas oficiais da escola brasileira. 2007. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/T.48.2007.tde-31052007-112812. Acesso em: 2020-01-31.

_____, A produção dos números escolares (1871-1931): contribuições para uma abordagem crítica das fontes estatísticas em História da Educação. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 29, n. 58, p.341-358, 2009.

SENRA, Nelson de Castro. **O saber e o poder das estatísticas**: uma história das relações das estatísticas com os estados nacionais e com as ciências. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.